



Senadores buscam consenso sobre fiscalização de estatais

Discussão do projeto que cria uma lei geral para o setor seria feita no início do mês, mas alguns parlamentares pediram para apresentar alterações

Com relatório pronto para análise desde o fim do ano passado, a proposta de lei que regulamenta a fiscalização e o controle das estatais volta à discussão essa semana no Senado e deverá receber mudanças.

O senador Roberto Requião disse acreditar que a análise coletiva das alterações e o entendimento entre os parlamentares podem levar a um “gol de placa” em favor do projeto.

O senador Tasso Jereissati, relator do texto, concordou em aguardar as propostas de ajustes, mas pediu celeridade na decisão, apontando a questão como “uma das mais importantes em tramitação na Casa”. **3**

Volta do projeto da Lei Geral das Estatais à pauta de discussões esta semana foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros



Jonas Pereira/Agência Senado

Propostas da Agenda Brasil voltam à pauta na quarta-feira **2**

Mulheres podem ganhar o direito de fazer serviço militar **6**

Projeto incentiva microempreendedor

Está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos um projeto de lei que permite que o microempreendedor trabalhe

na própria casa. Atualmente, há estados que não admitem que o endereço comercial coincida com o residencial. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos, que votará 17 projetos, incluindo o do microempreendedor

Congresso debate hoje campanha da CNBB

O Congresso fará hoje uma sessão solene sobre a Campanha da Fraternidade 2016, que trata do direito à saúde e ao saneamento

básico. No país, 100 milhões não têm acesso a tratamento de esgoto e coleta de lixo. A campanha é feita anualmente pela CNBB. **7**



Volter Campanaro/ABR

Com campanha, bispos católicos chamam a atenção para a falta de saneamento básico no país

Texto prevê moradias do Minha Casa, Minha Vida com internet **8**

Comissão de barragens estuda mudar plano de trabalho **6**

ARQUIVO **S**

Jogo de azar, em debate no Congresso, foi vetado há 70 anos

Em 30 de abril de 1946, o presidente Dutra baixou um decreto que banuiu os jogos de azar do Brasil. Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores e os deputados da época classificaram a medida de moralizadora. **4 e 5**



Arquivo Nacional

O jornal A Noite noticia a proibição dos jogos em 1946: 70 anos depois, projeto que legaliza a atividade está na pauta de votações do Plenário

Com prazo prorrogado, colegiado analisa até o fim do ano propostas para acelerar o crescimento do país

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pauta inclui incentivo às empresas de reciclagem e à piscicultura, regulamentação de PPPs e multa para desastre ambiental

Comissão da Agenda Brasil volta a se reunir na quarta

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional volta a se reunir na quarta-feira, às 14h30, e retoma a análise dos projetos da Agenda Brasil — pauta compilada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

A comissão, que funcionaria em 2015, teve prazo ampliado até o fim deste ano, por requerimento do presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA).

Reciclagem

Uma das matérias da pauta é o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem (PLS 187/2012). A proposta de Paulo Bauer (PSDB-SC) estabelece que a dedução será de até 50% do valor total das doações feitas por pessoas jurídicas ou físicas. Cada contribuinte pode doar o equivalente a, no máximo, 4% do total do Imposto de Renda devido por empresas e de 6% no caso de pessoas físicas.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou substitutivo estabelecendo que o Executivo irá fixar anualmente os limites absolutos para as deduções por pessoas físicas e

jurídicas, selecionar e fiscalizar os projetos de reciclagem que poderão receber os recursos. Já emendas de Cristovam Buarque (PDT-DF) sugerem que 5% do montante anual de doações seja investido em cursos de capacitação, e que o beneficiário deva prestar contas do uso dos recursos. Se aprovada na comissão, a proposta seguirá para a Câmara.

Peixes e agricultura

Outro item em pauta é o PLS 341/2013, de Benedito de Lira (PP-AL), que cria incentivos à produção de peixes integrada à agricultura e à utilização de resíduos da piscicultura na adubação de solo. Entre os benefícios propostos, estão a dispensa do licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e a isenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos para agricultura familiar. A proposta terá decisão final na comissão. A relatora é Lúcia Vânia (PSB-GO).

Presídios

Também está na pauta da comissão o PLS 513/2011, que regulamenta a contratação de parcerias público-privadas (PPPs) para a construção e a administração de presídios, estabelecendo que as funções jurisdicionais e disciplinares devem permanecer sob res-

ponsabilidade exclusiva do Estado. O autor do projeto, Vicentinho Alves (PR-TO), destaca que “a ideia não é privatizar o sistema prisional, mas sim promover a cogeção dos estabelecimentos penais”.

As empresas interessadas precisam garantir aos presos assistência jurídica, acompanhamento médico, odontológico e nutricional e programas de ensino fundamental, capacitação profissional, esporte e lazer. Também devem cumprir exigências quanto a espaço físico, infraestrutura e segurança. O relator da matéria é Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Recuperação

A pauta da comissão também traz o PLS 741/2015, que estabelece a aplicação dos recursos arrecadados com as multas por tragédias ambientais na recuperação das localidades onde o dano aconteceu. A proposta, de Anastasia, foi motivada pelo rompimento de barragens de mineração em Mariana (MG).

A comissão ainda deve analisar o PLS 444/2013, que altera regras de licitação e concessão de obra pública; o PLS 203/2014, sobre manifestações de interesse da iniciativa privada; e o PLS 313/2011, sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais não procurados.

Texto do TCU sobre governança deverá ser tema de audiência

A Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) deverá debater em audiência interativa o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o documento, a boa governança pressupõe a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados. Também compreende uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos

interesses sociais, além de contar com estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a correção de rumos.

O pedido para realização do debate foi apresentado por Telmário Mota (PDT-RR) e será analisado em reunião da CTG marcada para amanhã. O senador também requer que seja convidado para a audiência o presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH TV Senado

9h Reapresentação do relatório de trabalhos da comissão em 2015, e exibição de programa da TV Senado sobre o colegiado.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO FM

9h Seminário no Conselho de Comunicação Social do Congresso sobre migração das rádios AM para FM. Às 14h, reunião ordinária.

CONGRESSO Fraternidade

11h Sessão solene sobre Campanha da Fraternidade 2016, com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”. Também destinada à promulgação da emenda constitucional que reforma as instituições político-eleitorais.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos.

CCT Setor aeroespacial

9h A comissão realiza audiência sobre a situação do setor aeroespacial.

CDH Doenças negligenciadas

9h A comissão faz audiência sobre doenças negligenciadas.

CMA Emagrecimento

9h30 A comissão projeto sobre remédios para emagrecer e mais 13 itens.

CAE ICMS

10h A comissão de analisa impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados.

CSE Requerimentos

10h30 A Comissão Senado do Futuro analisa requerimentos.

CE Salário-educação

11h A comissão faz audiência sobre o Dia do Policial Legislativo. Às 11h30, analisa 25 itens.

TERÇA

QUARTA

CMO Líderes

13h30 Reunião do colegiado de líderes da comissão. Às 14h30, análise de relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e de receitas e despesas.

TRANSPARÊNCIA Requerimentos

14h30 A Comissão de Transparência e Governança Pública analisa requerimentos.

MINERAÇÃO Águas termais

14h30 A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração realiza audiência sobre o contexto das águas minerais e termais no Brasil.

CI Energia

8h30 A comissão analisa 3 itens, como o projeto que permite o uso do FGTS para compra de equipamentos de autogeração de energia elétrica.

CAS Talidomida

9h A Comissão de Assuntos Sociais delibera sobre 12 itens. Entre eles, o projeto sobre a aposentadoria especial de pessoas com a síndrome da Talidomida.

CDR Saneamento

9h A comissão analisa relatório sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico. Logo depois, delibera sobre 7 itens.

AGENDA BRASIL Deliberações

14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional analisa 14 itens.

BARRAGENS Plano de trabalho

15h A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens analisa alterações no plano de trabalho.

CRE Embaixador na Coreia

10h A comissão sabatina Luis Fernando de Andrade Serra, indicado para o cargo de embaixador na Coreia. Depois, tem reunião deliberativa com 10 itens.

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O senador Paulo Paim (PT-RS), em nome do presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na sexta-feira a rainha e as princesas da 31ª Festa de Uva de Caxias do Sul (RS). Acompanhadas do prefeito da cidade, Alceu Barbosa Velho, a rainha, Rafaelle Galiotto Furlan, e as princesas Laura Denardi Fritz e Patrícia Piccoli Zanrosso entregaram ao senador o convite para o evento. A edição deste ano acontecerá de 18 de fevereiro a 6 de março.

Responsabilidade das estatais volta a discussão

Análise da proposta já havia sido iniciada em Plenário, mas alguns senadores defenderam o adiamento por acreditar que mudanças podem aprimorar a regulamentação

O SENADO VOLTARÁ a discutir o projeto da Lei Geral das Estatais esta semana, anunciou o presidente da Casa, Renan Calheiros. Senadores que se opõem ao PLS 555/2015 solicitaram mais tempo para elaborar um texto alternativo.

Roberto Requião (PMDB-PR), um dos críticos, disse que já está preparando uma proposta para entregar a Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do projeto. Requião afirmou que já discutiu o tema com outros senadores e com representantes das estatais e acredita que há “condições excepcionais” para os parlamentares negociarem alterações na proposição.

O projeto seria discutido na sessão plenária do dia 3, mas Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu o adiamento do debate e a inclusão do tema em reunião de líderes desta semana.

— Quero que a discussão tenha continuidade no dia da votação, para expormos os argumentos — disse.

Apesar de concordar em aguardar propostas de mudança, Tasso pediu celeridade na decisão do Senado, apontando a matéria como “uma das mais importantes em tramitação na Casa”. Para o relator, as investigações atuais sobre estatais como a Petrobras e o BNDES tornam ainda mais urgente o estabelecimento de uma legislação que defina adequadamente as respon-

sabilidades e contribua para aumentar a transparência e melhorar os padrões de gestão das empresas públicas.

— Depois de todos os escândalos, é um clamor da opinião pública e uma obrigação nossa fazer essa discussão — opinou.

Requião disse acreditar que a análise das mudanças propostas e o entendimento entre os senadores podem levar a um “gol de placa” em favor do projeto. Ele acrescentou que uma decisão consensual do Senado dá ao texto condições de ter uma tramitação acelerada na Câmara.

Ressalvas

Requião questiona principalmente dois dispositivos do projeto. Um deles é o que determina que todas as empresas estatais brasileiras — federais, estaduais ou municipais — sejam constituídas sob a forma de sociedade anônima. Esse tipo de pessoa jurídica tem o capital dividido entre acionistas, e as ações podem ser livremente negociadas. Para Requião, essa determinação não faz sentido para a maioria das estatais.

— Uma empresa que não compete no mercado, não vende bens e serviços, não pode ser sociedade anônima. Ela não tem recurso próprio, é dependente do erário — argumenta.

Outra ressalva do senador é à proibição de que pessoas que tenham exercido, em passado recente, cargos em



Agência Petrobras

Algumas disposições propostas são aplicáveis somente às empresas que atuam no setor produtivo, como a Petrobras

organizações partidárias e sindicais ocupem vagas nos conselhos de administração e nas diretorias das estatais. Para Requião, essa norma “não tem cabimento”, uma vez que excluiria lideranças sindicais da gestão das empresas.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), representantes de trabalhadores de diversas estatais contestaram o espírito do texto, que, segundo eles, colocará setores estratégicos do país sob o controle do capital financeiro.

Aplicação

A Lei Geral das Estatais deverá ser aplicada a toda empresa pública e sociedade de economia mista, tanto as que exploram atividade econômica quanto as que prestam serviços públicos.

O texto define as atribuições mínimas de fiscalização e controle a serem exercidas em sociedades empresariais nas quais as estatais não detenham o controle acionário.

A atuação de cada estatal fica estritamente limitada ao ato que fundamenta a sua criação, para evitar que as empresas atuem em setores alheios à sua atividade ou que sejam usadas no controle da inflação, a exemplo de episódios recentes envolvendo a Petrobras e o controle dos preços dos combustíveis. Qualquer atividade que as empresas vierem a exercer fora de sua atuação principal terá que ser publicada no plano anual de negócio.

As despesas com publicidade e patrocínio das estatais não deve ultrapassar, em cada exercício, o limite de 1% da

receita bruta do exercício anterior. Também não deve superar 35% das despesas aplicadas em pesquisa e desenvolvimento no mesmo período.

Riscos

As estatais ficam obrigadas a criar uma área de riscos e *compliance* (encarregada de manter a empresa em conformidade com leis e normas externas e internas), diretamente vinculada ao diretor presidente, e um comitê de auditoria estatutário.

Algumas disposições do projeto são aplicáveis somente às empresas estatais que atuam no setor produtivo. A restrição se justifica uma vez que as estatais do setor de serviços já se submetem às regras próprias das entidades e órgãos públicos.

CCJ avalia dispensa de autorização para processar governadores

A instauração de processos contra governadores, vice-governadores e secretários estaduais e do Distrito Federal por crime de responsabilidade poderá se dar mesmo sem autorização do Poder Legislativo. É o que estabelece proposta de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor da PEC 135/2015 argumenta que a Constituição não estabelece a necessidade de autorização para instauração de processos nem a competência dos Legislativos para processar e julgar essas autoridades por crimes de responsabilidade.

Randolfe observa que o artigo 105 da Constituição prevê apenas que, nos crimes comuns, a competência originária para processar e julgar os governadores estaduais e do Distrito Federal é do Superior

Tribunal de Justiça (STJ).

O Supremo Tribunal Federal (STF), em diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), tem declarado a inconstitucionalidade de dispositivos das constituições estaduais que remetam às assembleias legislativas o julgamento dos governadores nos crimes de responsabilidade.

Entendimento

Segundo Randolfe, as ADIs em exame no STF também questionavam a necessidade de autorização prévia da assembleia legislativa para instauração de processo contra o governador. Quanto a isso, o STF entendeu que a Constituição não impede que normas estaduais estendam aos governadores prerrogativas asseguradas ao presidente da República. Pelo entendimento do STF, apenas por iniciativa legislativa seria possível alterar tal exigência.

Novo critério pode ajudar finanças municipais

Proposta que cria mecanismo de reforço aos caixas municipais e reduz o piso para as despesas com educação e saúde aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC 129/2015 procura beneficiar municípios prejudicados pelas políticas de desoneração fiscal adotadas pelo governo, que reduziu as alíquotas de alguns tributos compartilhados, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

De acordo com a proposta, as transferências constitucionais obrigatórias da União para os municípios serão feitas a partir da média observada nos últimos cinco anos.

Atualmente, o critério de transferência tem como base a arrecadação corrente. A medida deve abranger os desembolsos com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), royalties e demais receitas decorrentes da exploração de recursos minerais (incluindo

petróleo) e hídricos.

Autor da proposta, Davi Alcolumbre (DEM-AP) avalia que, com o novo critério, as receitas municipais não cairiam tanto em contexto de crise como o atual, nem cresceriam de modo significativo em períodos de maior aceleração econômica.

A maior estabilidade, observa, permitiria melhor planejamento das despesas municipais e evitaria o desperdício de recursos com paralisação de obras em períodos de crise ou com gastos irresponsáveis, em situações nas quais a receita aumentasse de forma abrupta.

Arrecadação

A PEC também busca reduzir os dispêndios com educação e saúde, ao propor que a base de arrecadação para calcular o valor a ser gasto se refira aos últimos cinco anos, e não ao ano corrente.

Atualmente, observa Alcolumbre, se a economia cresce muito acima do padrão, há

um excesso de arrecadação que, pelas normas em vigor, é obrigado a se transformar em gastos com saúde e educação, o que favorece a possibilidade de desperdício de recursos.

Simetricamente, se há queda de arrecadação, a prefeitura pode se ver em dificuldades de cumprir o piso, pois os gastos em algumas áreas podem ser rígidos, a exemplo do que ocorre com pessoal e manutenção da máquina administrativa.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Alcolumbre acredita que estabilidade possibilita melhor planejamento

Por “moral e bons costumes”, há 70 anos Dutra acabava com cassinos

Jogos de azar, cuja legalização voltou a ser debatida no Senado e na Câmara, foram proibidos em 1946. Senadores e deputados da época classificaram a decisão de moralizadora. No auge, Brasil chegou a ter mais de 70 casas de apostas

Ricardo Westin

NAS DÉCADAS DE 1930 e 1940, o Brasil viveu a era de ouro dos cassinos. No auge, funcionavam mais de 70 casas de apostas no país — do Rio, capital da República, à minúscula São Lourenço, no sul de Minas. Nos salões, homens de terno e mulheres de longo apostavam dinheiro nas roletas e nas cartas de baralho.

O fervilhante negócio dos cassinos ruiu repentinamente. Em 30 de abril de 1946, três meses depois de assumir a Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra pegou o país de surpresa e, com um decreto-lei, ordenou o fim dos jogos de azar. As vésperas de completar 70 anos, a proibição pode ser derrubada. Diante das contas públicas no vermelho, o governo Dilma Rousseff trabalha para reabrir os cassinos e contar com os impostos incidentes sobre os jogos.

Em outubro, o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, defendeu a ideia. Em dezembro, a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado aprovou um projeto de lei que cria regras para a exploração dos jogos. O PLS 186/2014, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), será analisado agora pelo Plenário e, se aprovado, vai à Câmara.

Dutra argumentou que a “tradição moral, jurídica e religiosa” do brasileiro é incompatível com os jogos, que eles são “nocivos à moral e aos bons costumes”, que os “povos cultos” não os toleram e que reprimi-los é um “imperativo da consciência universal”.

A imprensa reagiu como se ele tivesse salvo a pátria. “Não regatearemos ao general Dutra os nossos aplausos pelo corajoso,

forte e benemérito decreto extinguido a lepra do jogo”, festejou o *Correio da Manhã*.

O *Jornal do Brasil* escreveu que os cassinos “fazem acreditar que os problemas da vida se resolvem não pelo trabalho e pela poupança, mas por meio da sorte e do acaso, ao capricho da roleta”.

Documentos sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a maioria dos senadores e deputados também ficou do lado do presidente. Eles estavam na Assembleia Nacional Constituinte, incumbidos de redigir a Constituição de 1946.

— Poderá se alegar que, com o fechamento do jogo nos cassinos e nos hotéis de luxo, o turismo desaparecerá — disse o deputado Antero Leivas (PSD-RS). — Respondendo que, se o Brasil depende da proliferação do jogo e do vício para ser conhecido e visitado, prefiro que sejamos eternamente desconhecidos.

Estâncias turísticas

Inclusive parlamentares da UDN, maior partido oposicionista, subiram à tribuna para elogiar a medida de Dutra, do PSD.

— Do jogo surge o desapego aos hábitos de trabalho continuado, único criador do progresso das sociedades — afirmou o deputado Soares Filho (UDN-RJ).

A Constituinte aprovou uma moção de “vivo aplauso ao Poder Executivo”. Dutra agradeceu com um telegrama, remetido ao senador Melo Viana (PSD-MG), que presidia a Constituinte (*veja o telegrama nesta página*).

O Brasil vinha da ditadura do Estado Novo (1937-1945), período em que o presidente Getúlio Vargas proibiu o Senado e a Câmara de funcionar e, com



Jogadores apostam suas fichas num cassino do Rio: os jogos de azar tiveram vida curta no Brasil, permitidos entre 1920 e 1946

poderes absolutos, governou por meio de decretos-leis. Até setembro de 1946, quando a Constituição ficou pronta, Dutra manteve do Estado Novo o poder de legislar, para que os parlamentares se dedicassem aos trabalhos constituintes. Foi por isso que o golpe contra o jogo não passou pelo Legislativo.

As “casas de tavolagem” eram proibidas desde o Império. Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa decidiu liberar os cassinos, mas só nas estâncias balneárias, climáticas e de águas. O imposto do jogo custearia o saneamento básico no interior do Brasil.

No início do século 20, o único tipo de turismo que existia no país era o de saúde. Famílias passavam temporadas em localidades como Campos do Jordão (SP) e Petrópolis (RJ), em busca dos poderes curativos do clima da serra, ou Poços de Caldas (MG) e Águas de São Pedro (SP), atrás de banhos em águas terapêuticas. Com a liberação do jogo, passaram a ser buscadas também por seus hotéis cassinos.

A capital logo teria três grandes centros de diversão. O cassino do Copacabana Palace, que fora obrigado a fechar as portas anos antes, reabriu em 1932. O Cassino da Urca foi inaugurado em 1933 e o Atlântico, em 1935.

— Vargas fez um jogo duplo — diz o professor de turismo Dario Paixão, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). — Por um lado, ele aprovou as leis trabalhadas para afagar a população mais pobre, que se mudava do campo para a cidade. Por outro lado, incentivou os cassinos, para ganhar também o apoio da elite.

Havia outras estratégias para

A ideia do governo era que, restritos a estâncias turísticas e ligados a hotéis, os cassinos fossem frequentados pelos turistas, e não pela população local.

No início, porém, o jogo viveu na corda bamba. Ao longo dos anos 1920, os fechamentos foram tão frequentes quanto as inaugurações. O negócio foi tolhido por decisões de juizes e leis de governadores e prefeitos contrários aos jogos de azar. O próprio governo federal chegou a fechar cassinos, já que eram uma concessão que podia ser cassada a qualquer momento.

Carmen Miranda

Foi apenas com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, que os cassinos prosperaram. O presidente baixou decretos estimulando a construção desses estabelecimentos. Os interventores que Vargas colocou no lugar dos governadores seguiram o mesmo caminho.

O imposto do jogo deixou de ir para o governo federal e passou a ser recolhido pelos municípios, o que motivou os prefeitos a também querer os cassinos.

A capital logo teria três grandes centros de diversão. O cassino do Copacabana Palace, que fora obrigado a fechar as portas anos antes, reabriu em 1932. O Cassino da Urca foi inaugurado em 1933 e o Atlântico, em 1935.

— Vargas fez um jogo duplo — diz o professor de turismo Dario Paixão, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). — Por um lado, ele aprovou as leis trabalhadas para afagar a população mais pobre, que se mudava do campo para a cidade. Por outro lado, incentivou os cassinos, para ganhar também o apoio da elite.

“Exmo. Sr. Dr. Fernando Melo Viana D. D. Presidente da Assembleia Constituinte. — Acusando o recebimento de seu telegrama de 4 do corrente, agradeço a V. Ex.ª a comunicação de haver a Colenda Assembleia Nacional Constituinte votado unanimemente a moção, de constante de congratulações com o Governo pela extinção do jogo no país. Essa nobre atitude, além de prestigiar a ação governamental na salvaguarda dos mais altos interesses da nacionalidade, é o testemunho vivo, que folgo em salientar, do sentimento patriótico que anima os egrégios representantes do povo brasileiro no desempenho do honroso mandato de V. Ex.ª. — Eurico G. Dutra.”

Telegrama de 1946 em que o presidente Dutra agradece o apoio da Constituinte

Os cassinos não se resumiam à jogatina. Eram grandes complexos de entretenimento. Os apostadores podiam jantar no restaurante, tomar drinques no piano-bar, dançar ao som da orquestra no salão de baile e assistir a musicais no teatro.

Segundo a revista *O Cruzeiro*, o restaurante do hotel cassino Quitandinha, em Petrópolis, era comandado “pelo maior cozinheiro do mundo moderno, vindo do Savoy [hotel de Londres]”, e servia “120 qualidades de frios, peixes de todas as partes do mundo, aves raras e saborosas, vinhos velhos e quase extintos”.

O governo não permitia a propaganda dos jogos. O que as casas anunciavam no jornal e no rádio eram os espetáculos. Brilharam nos palcos dos cassinos desde o ator Grande Otelo e o pianista Dick Farney até o cantor e ator americano Bing Crosby e a ousada dançarina francesa Josephine Baker.

No fim dos anos 1930, Carmen Miranda era a artista mais disputada pelos cassinos do Rio. Suas luminosas apresentações na noite carioca lhe abririam caminho para o estrelato nos EUA.

Havia outras estratégias para

Proibição deixou legião de desempregados, de garçons a cantores

Com o fechamento dos cassinos, em 1946, funcionários de inúmeras especialidades se viram da noite para o dia sem trabalho. De recepcionistas e seguranças a coreógrafos e dançarinas. De cozinheiros e garçons a músicos de orquestra e cantores. De faxineiros e eletricitistas a costureiras e passadeiras. De maquiadores e cabeleireiros a cilindreiros (responsáveis pela manutenção das roletas) e crupiês (que dirigiam o jogo em cada mesa).

Estima-se que o decreto de 1946 que baniu os jogos de azar tenha deixado 55 mil brasileiros desempregados. O número, que também incluía os empregos indiretos, não era desprezível. O Brasil tinha 41 milhões de habitantes.

Os jornais estavam tão obstinados na campanha contra o jogo que conseguiram declarações até mesmo de funcionários e frequentadores de cassino paradoxalmente favoráveis à proibição.

— Não sei do que vou viver daqui por diante, mas não posso deixar de julgar acertada a medida — disse um empregado do cassino do Copacabana Palace ao *Diário de Notícias*. — Quem trabalha em estabelecimentos desse gênero é que está a par das inúmeras desgraças que pode causar esse maldito vício. Incautos chefes de família, na esperança de aumentar seus magros salários, atiram-se ao pano verde e acabam perdendo o que trazem. Dá pena ver aquelas fisionomias transfiguradas pelas decepções que lhes pregam a roleta e o bacará.

O mesmo jornal carioca ouviu de um apostador assíduo que “esse decreto deveria ter vindo há mais tempo”.

— O jogo constituía um sério perigo e um mal que cada vez mais se agravava

atrair jogadores.

— O Cassino da Urca tinha um acordo com os taxistas do Rio. Sempre que um táxi desembarcava um apostador, era o cassino que pagava a corrida. E o apostador ainda ganhava uma ficha para jogar — conta o jornalista João Perdigão, coautor de *O Rei da Roleta* (editora Casa da Palavra), biografia do megaempresário do jogo Joaquim Rolla.

Punhalada

Um número restrito de modalidades era permitido, entre as quais a roleta, o campista, o bacará e o *écarté*. Os menores de 21 anos não podiam entrar.

Em 1933, a entrada num cassino do Rio custava 10 mil réis. A título de comparação, um jornal valia 300 réis.

Vargas foi derrubado em outubro de 1945. A eleição presidencial, marcada para dezembro, ficou polarizada entre o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.

Uma das mais enfáticas promessas eleitorais do brigadeiro foi fechar os cassinos. Ele perentoria à UDN, partido de ideais conservadores. Dutra preferiu silenciar sobre a questão. Assim,



Frequentadores se divertem no salão de baile do Cassino da Urca em 1941: cassinos iam além dos jogos

— afirmou o habitué, sendo logo em seguida questionado se não sentiria falta dos cassinos. — Creio que sim, mas acabarei esquecendo. Procurarei distrair-me de outra maneira.

O drama dos desempregados chegou à Assembleia Nacional Constituinte. O deputado José Fontes Romero (PSD-DF) afirmou que o presidente Dutra, ao extinguir os jogos de azar, atendeu aos “justos reclamos da população laboriosa do Brasil”, mas acabou se esquecendo de “amparar os brasileiros que trabalhavam na casa de jogo”.

Os parlamentares chegaram a bater boca no Plenário. O deputado Rui Almeida (PTB-DF) exigiu que o governo amparasse os trabalhadores. O deputado Ademar Rocha (UDN-PI) discordou: — Vossa Excelência diria melhor “contraventores” em vez de “trabalhadores”. Almeida reagiu:

— Protesto contra a atitude agressiva do colega. Contraventor é o banqueiro, é o que explora o jogo. Empregado é sempre empregado, não é contraventor. O deputado Segadas Viana (PTB-DF) se aliou ao correligionário no repúdio ao colega da UDN:

— Contraventores não! Lá havia porteiros, músicos e muitas outras espécies de empregados, todos tão dignos como Vossa Excelência e nós.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, estabelecia que, sempre que uma medida governamental extinguisse alguma ati-

vidade, o governo teria que indenizar os trabalhadores. Dutra, porém, avisou que não honraria um compromisso assumido pela ditadura do Estado Novo.

O decreto-lei que proibiu os jogos foi baixado em 30 de abril. Na semana seguinte, em 11 de maio, o governo editou um novo decreto-lei, este estabelecendo que a CLT não se aplicava ao caso particular dos cassinos. Pela segunda norma, pode-se deduzir que a proibição foi decidida às pressas, sem um debate aprofundado sobre as consequências.

Os sindicatos recorreram aos tribunais argumentando que os demitidos entre 30 de abril e 11 de maio deveriam, sim, ser indenizados pelo governo. A palavra final coube ao Supremo Tribunal Federal, que sentenciou que as dívidas trabalhistas não cabiam ao poder público, mas aos empresários. Como quase todos faliram, boa parte dos ex-funcionários jamais viu a cor do dinheiro. Casos como o do hotel Copacabana Palace, que sobreviveu sem o cassino, foram exceção.



Propaganda de 1936 anuncia show de Carmen Miranda no Cassino da Urca

dos a pedido a primeira-dama, Carmela Dutra — chamada pelos íntimos de Dona Santinha. Carola, ela teria aderido à cruzada da Igreja Católica contra o ambiente viciado e libidinoso dos cassinos e pressionado o marido.

A polícia fez batidas em todo o país para garantir o cumprimento da lei. Foi uma verdadeira caça às bruxas. As autoridades chegaram a criar caso com o show radiofônico *Cassino da Chacrinha*, apresentado por Abelardo Barbosa, só por causa do nome do programa.

O decreto-lei repercutiu por várias semanas na Constituinte. Empolgado, o deputado Barreto Pinto, o mesmo que seria cassado por posar de fraque e cueca, propôs aos parlamentares que transformassem a proibição dos jogos numa cláusula da Constituição que estava em gestação:

— A proibição deve ser de natureza constitucional, evitando-se que mais cedo ou mais tarde os cassinos abram as suas portas de novo, o que já se ouviu dizer. Os parlamentares acharam um exagero e rejeitaram a emenda.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/ArquivoCassinos>



O presidente Dutra e sua mulher, Dona Santinha: carola, a primeira-dama teria feito a cabeça do marido contra a jogatina



A proibição ganhou manchete em letras garrafais no *Diário Carioca*, e o *Diário de Notícias* noticiou que a lei foi logo obedecida

Corpo de Bombeiros-MG



Rompimento de barragem mantida pela mineradora Samarco em Minas Gerais em novembro de 2015 deixou 17 mortos e 2 desaparecidos

Comissão sobre barragens analisa alterações no plano de trabalho

Senadores reúnem-se na quarta-feira para examinar mudanças na proposta do relator, Ricardo Ferraço, aprovada em dezembro

A COMISSÃO TEMPORÁRIA da Política Nacional de Segurança de Barragens se reúne na quarta-feira, às 15h, para examinar alterações no seu plano de trabalho. Instalada em 1º de dezembro, a comissão tem o objetivo de avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010).

No dia da instalação, o relator, Ricardo Ferraço (sem partido-ES) apresentou um plano de trabalho, aprovado

pelos demais membros, prevendo audiências públicas sobre a avaliação da PNSB, as causas e impactos do acidente ocorrido em Mariana (MG) e os aspectos técnicos da segurança de barragens.

O relator sugeriu a realização de diligências no local do acidente, em áreas afetadas no Espírito Santo e em outros locais onde ocorreram graves acidentes com barragens no passado, como os municípios mineiros de Cataguases e Miraf. As barragens atu-

almente consideradas inseguras pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) também estão na lista das diligências previstas no plano de trabalho da comissão.

Além de Ferraço, são membros titulares do colegiado Antonio Anastasia (PSDB-MG), presidente, Jorge Viana (PT-AC), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Wilder Moraes (PP-GO) e Rose de Freitas (PMDB-ES). A reunião será na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Mulheres poderão ter o direito de optar pelo serviço militar

Projeto que dá às mulheres o direito de prestar o serviço militar (PLS 213/2015) está na pauta da reunião de quinta-feira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e poderá ser votado em caráter terminativo.

O projeto altera a Lei do Serviço Militar (Lei 4.375/1964) para garantir às mulheres a prestação voluntária do serviço, com alistamento no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica no ano em que completarem 18 anos.

A proposta tem caráter de ação afirmativa, conforme a autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), proporcionando às mulheres a oportunidade de seguir a carreira militar.

Favorável ao texto, a relatora, Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou emenda para determinar que “as despesas decorrentes da prestação voluntária

do serviço militar por mulheres serão custeadas com recursos orçamentários específicos”.

Como explica, haverá necessidade de construção de alojamentos e vestiários apropriados, além da confecção de vestimenta específica para as mulheres, entre outras despesas.

Ainda conforme emenda da relatora, os órgãos responsáveis pelo serviço militar terão até dois anos após a publicação da nova lei para oferecer o serviço às brasileiras.

Brigada de incêndio

Também está em análise na CRE relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) que modifica o PLC 71/2012 para determinar que os municípios que não possuam unidade de combate a incêndio celebrem convênios com o corpo de bombeiros militar do estado

para organizar brigadas voluntárias.

Segundo o relator, o serviço estadual será responsável pela coordenação das atividades, pelo treinamento dos voluntários e pela cessão dos materiais e equipamentos.

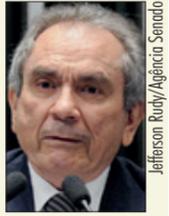
Depois da votação na CRE, a matéria seguirá para exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Consta ainda da pauta da comissão projeto (PLS 398/2014) que dispensa a aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para concessão de outorga para pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira. A proposta exige apenas que o CDN emita opinião sobre as questões relativas à segurança nacional.

Depois da CRE, o texto, relatado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), segue para deliberação do Plenário do Senado.

Texto prevê mais rigor na Lei dos Crimes Hediondos

O Senado poderá tornar mais severa a concessão de progressão de pena para condenados pela Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990). É o que propõe o Projeto de Lei do Senado (PLS) 2/2016, de Raimundo Lira (PMDB-PB). Pela iniciativa, o réu primário deverá cumprir pelo menos o tempo mínimo da pena — ou seja, três quintos — para a obtenção da progressão. Para os reincidentes, o tempo será de quatro quintos. Na regra atual, a progressão se dá após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de três quintos se reincidente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Lira, é necessário alterar o segundo artigo da lei, que determina as regras para cumprimento da punição, para que o condenado tenha certeza de que suas ações não ficarão impunes. O senador lembra que a pena tem duas funções: retribuir o mal cometido pelo criminoso e prevenir novas infrações penais. Para ele, além de conscientizar o criminoso quanto à ideia de ressocialização (prevenção positiva), a pena também deve funcionar como instrumento de neutralização, ou seja, serve para impedir que o criminoso continue delinquindo (prevenção negativa). O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sancionada em 1990, a Lei 8.072 especifica que crimes como homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, homicídio qualificado, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima ou seguida de morte e latrocínio (roubo seguido de morte) são considerados hediondos. A lista de crimes hediondos inclui também a extorsão mediante sequestro ou não qualificada pela morte, estupro, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável e o genocídio.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso realiza hoje sessão em apoio à Campanha da Fraternidade 2016, que trata de problemas causados pela falta de saneamento básico, e audiência pública amanhã debate doenças negligenciadas

Campanha da CNBB sobre saúde é tema de solenidade

A CAMPANHA DA Fraternidade de 2016, sobre o direito à saúde e ao saneamento básico, será tema de sessão solene do Congresso hoje. Promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a campanha deste ano tem como lema “Casa comum, nossa responsabilidade”.

A CNBB quer chamar a atenção para o fato de o Brasil ser a sétima maior economia do mundo, mas ainda ter em seu território 100 milhões de pessoas sem serviços básicos de tratamento de esgoto e coleta de lixo. A campanha também aborda o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do zika vírus, da dengue, da febre chicungunia e da febre amarela.

A exemplo de anos anteriores, a campanha da entidade católica será realizada de forma ecumênica, pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do

Brasil, com a participação de outras quatro congregações cristãs: Evangélica de Confissão Luterana, Episcopal Anglicana, Presbiteriana Unida e Sirian Ortodoxa de Antioquia. Conta também com o apoio da Misereor, entidade da Igreja Católica na Alemanha que trabalha na cooperação para o desenvolvimento de países da Ásia, da África e da América Latina.

Negligência

Os cuidados com a saúde também serão tema de debate no Senado amanhã, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O objetivo é colher informações sobre o preparo de futuros médicos para o diagnóstico e tratamento das doenças negligenciadas.

O presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), e José Medeiros (PPS-MT) propuseram o convite a representantes do

Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, entre outras instituições.

De acordo com definição do ministério, doenças negligenciadas são aquelas que não só prevalecem em condições de pobreza, como ainda agravam a desigualdade social, uma vez que representam um forte entrave ao desenvolvimento.

Como exemplo dessas enfermidades, estão dengue, doença de Chagas, malária, tuberculose, hanseníase, leishmaniose, esquistossomose e outras. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de um bilhão de pessoas, cerca de um sexto da população do mundo, são infectadas com uma ou mais dessas doenças.

Embora exista financiamento para as pesquisas, o conhecimento produzido não tem se revertido em avanços terapêuticos, como novos

Massoterapeuta pode ter profissão regulamentada

Projeto de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) propõe regulamentar o exercício da massoterapia, conjunto de práticas relacionadas à massagem aplicáveis na área de saúde, no socorro de urgência, no relaxamento e em técnicas corporais e integrativas.

A proposta (PLS 13/2016) aguarda recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, a massoterapia já figura entre as terapias complementares previstas na Lei 3.968/1961, que trata da profissão de massagista.

Pela proposta de Randolfe, o exercício da profissão de massoterapeuta é assegurado ao “portador de diploma de nível técnico em massoterapia conferido por instituição de ensino reconhecida oficialmente; ao portador de diploma de massoterapia, conferido por instituição de ensino

estrangeira devidamente reconhecido e revalidado no Brasil como diploma de licenciatura, bacharelado ou nível tecnológico; e ao profissional que possui formação básica, mas que esteja contemplado na legislação vigente”. O texto esclarece também que são livres as mudanças de nível de formação dentro da profissão, para tecnólogo ou licenciatura.

Atribuições

O projeto enumera diversas atribuições ao massoterapeuta, entre as quais estão “avaliar, planejar, orientar e executar o tratamento da terapia por massagem; aplicar procedimentos para promover a saúde e o resgate do equilíbrio geral; coordenar as atividades de massoterapia nas instituições, empresas e organizações afins; realizar consultoria, auditoria e emitir parecer técnico”.

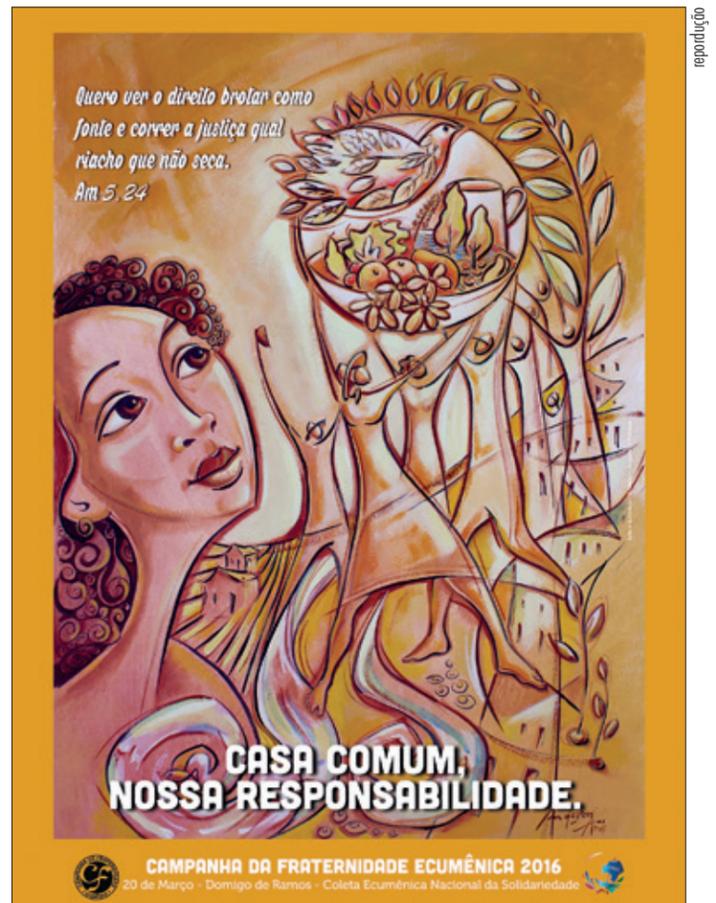
Randolfe ressalta que nos úl-

timos anos muitas pessoas não habilitadas, não pertencentes à área de massoterapia, começaram a exercer a profissão em estabelecimentos comerciais ou por conta própria, sem a devida capacidade técnica.

— Tal situação pode colocar em risco a saúde das pessoas, comprometendo assim a sociedade e a boa prática da massoterapia — alerta.

Para o autor do projeto, a massoterapia não pode ser vista como “arte ou lazer”, pois requer formação tecnológica, com habilitação técnica, extensão, aperfeiçoamento e especializações. O senador acrescenta que a atividade possui campo epistemológico próprio e prática voltada para a prevenção, orientação e tratamento na saúde. Cerca de 700 mil profissionais qualificados no Brasil, e técnicos com diplomas e certificados na área, atendem em clínicas, centros desportivos, empresas e consultórios.

— É notória a necessidade de práticas de massoterapia para saúde e para esportes de alto rendimento. Não há no país modalidade profissional que substitua as ações e práticas do massoterapeuta. O trabalho desses profissionais é, inclusive, demandado pelo próprio COB [Comitê Olímpico Brasileiro]. Com a proximidade das Olimpíadas no Brasil é fácil notar a relevância que a atuação desses profissionais irá adquirir — destaca.



Cartaz da Campanha da Fraternidade 2016 destaca problemas de saneamento

fármacos, métodos diagnósticos ou vacinas. Uma das razões, ainda de acordo com a OMS, é o baixo interesse da indústria farmacêutica no tema, justificado pelo reduzido potencial de lucro, uma vez

que a população atingida é de baixa renda e presente, em grande maioria, nos países em desenvolvimento.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Paulo Paim considera “exorbitante” o reajuste das mensalidades de planos

Paulo Paim (PT-RS) protestou contra os recentes reajustes dos planos de saúde. O senador informou que vai realizar uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para tratar do assunto, em razão dos “valores exorbitantes e proibitivos que vêm sendo cobrados pelas operadoras”.

— Ninguém consegue mais pagar. Saúde é um dos setores com os quais a administração pública não pode brincar. Qualquer descuido e os reflexos sobre a sociedade são devastadores — afirmou.

Segundo ele, os aumentos

dos planos têm ficado sempre acima da inflação e dos reajustes do salário mínimo.

Em aparte, José Medeiros (PPS-MT) cobrou atuação do órgão regulador do setor, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Paim também leu uma carta dos funcionários da Embrapa, que se dizem apreensivos com a possibilidade de a instituição ser transformada em sociedade de economia mista caso seja aprovado o PLS 555/2015, de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Paim tranquilizou os trabalhadores dizendo que o assunto ainda será debatido.

Hélio José defende saneamento básico para prevenção de doenças

O governo e a sociedade precisam se unir para melhorar a saúde pública e o saneamento básico, de modo a enfrentar as enfermidades transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como dengue e zika, disse Hélio José (PMB-DF).

Para o senador, o que está provocando o surto dessas doenças é a falta de saneamento básico. Ele destacou o tema da Campanha da Fraternidade ecumênica deste ano, cujo tema é “Casa comum, nossa responsabilidade”.

Hélio José elogiou o trabalho do papa Francisco após o lan-

çamento da encíclica *Laudato Si*, que critica o modelo consumista e de desenvolvimento irresponsável no mundo.

— Não há mais lugar para qualquer argumento pelo qual se discuta a questão da saúde pública brasileira sem passar pela priorização das ações que, genericamente, chamo de preventivas, ou seja, de saneamento básico. São recursos que devem merecer prioridade e constância em sua aplicação — afirmou.

Segundo o senador, é preciso também fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).



Randolfe destaca a importância da atividade para a saúde e os esportes



Genildo Magalhães/Agência Senado

Microempreendedor pode trabalhar em casa

Relatado por Blairo Maggi, texto que prevê o uso da residência como sede do estabelecimento está na pauta de 17 itens da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã, às 10h, para apreciar 17 itens. Entre eles, o projeto que permite ao microempreendedor utilizar sua casa como sede do estabelecimento. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 167/2015 — Complementar tem relatório favorável de Blairo Maggi (PR-MT).

O autor, deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), explica que alguns empreendedores individuais poderiam exercer as atividades na própria casa, mas não o fazem porque a legislação de alguns estados não permite que o endereço do empreendimento coincida com o endereço residencial.

“É racionalmente e economicamente viável que o empreendedor utilize a própria residência para o exercício de sua atividade empresarial, com substancial economia de recursos”, afirma Blairo no relatório.

Se for aprovada na CAE, a matéria segue para votação do Plenário do Senado.

O colegiado pode apreciar também projeto que estabelece que shopping centers instalem brinquedos adaptados para crianças com deficiência nas áreas de lazer.

O PLS 382/2011, de autoria do ex-senador Vital do Rêgo, teve parecer favorável do relator, Douglas Cintra (PTB-PE), na forma de um substitutivo.

Na avaliação do senador, os custos



Microempresa em Rondonópolis (MT): para o relator da proposta, senador Blairo Maggi, trabalhar em casa é “racional e economicamente viável”

decorrentes da aprovação do projeto são pequenos em relação aos benefícios que trazem, além de ser de interesse público a inclusão social das crianças com deficiência. Cintra fez alterações apenas de forma na proposta. Dessa forma, em vez de criar uma lei exclusivamente com esse fim, ele altera a Lei da Acessibilidade (Lei 10.098/2000) de modo a incluir os shoppings na norma — já em vigor

para parques de diversões — que torna obrigatório que 5% dos brinquedos sejam acessíveis para crianças com deficiência.

Se aprovado, o projeto seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em decisão terminativa — ou seja, seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados, sem precisar de aprovação pelo Plenário, a menos que haja

recurso em contrário, assinado por pelo menos nove senadores.

Antes de discutir e votar a pauta deliberativa, a CAE vai examinar o relatório de avaliação dos impactos causados pelos benefícios concedidos unilateralmente pelos estados na tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A reunião da CAE será na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Minha Casa, Minha Vida deve ter livros e internet

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) retoma as atividades em 2016 amanhã, com uma pauta de 25 itens.

Entre eles está o PLS 204/2013, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que determina que, para cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida, sejam entregues equipamento de informática com softwares instalados, incluindo acesso à banda larga de internet.

A proposta também prevê a entrega de uma biblioteca para cada família beneficiada, composta por 20 títulos selecionados pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) ou pelo plano municipal de cada prefeitura.

O projeto tem parecer favorável de José Agripino (DEM-RN), para quem a iniciativa abre uma janela visando a “inclusão cultural” de milhões de beneficiados.

— A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 indica que a renda auferida determina uma enorme diferença em índices de acesso à internet: apenas 49,1% dos brasileiros que não possuem renda ou recebem até um quarto de salário mínimo estão hoje conectados —, lembra o senador, que cita também o índice de 95,7%

de conexão nas famílias com renda superior a dez salários mínimos.

Outro item na pauta é o PLS 312/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que determina a supervisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) nas avaliações dos cursos da área.

O senador lembra que, quando da criação do Programa Mais Médicos, em 2013, um dos artigos instituiu uma avaliação específica para curso de graduação em medicina, a cada dois anos, com instrumentos e métodos para avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes dos profissionais.

O artigo também previa a implementação em no máximo dois anos, de acordo com ato do Ministério da Educação.

— Esta avaliação deve ser implementada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No entanto até o momento não foram tomadas medidas regulatórias no sentido de viabilizá-la — reclama Cássio, para quem é necessário que o referido exame conte com controle externo, tanto para garantir a realização quanto para aferir a capacidade de avaliação dos profissionais.

Na comissão, a proposta conta com dois pareceres. O relator original, Donizeti Nogueira (PT-TO), defende a participação do CFM apenas como observador, enquanto Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou um voto em separado defendendo a aprovação do projeto na versão original.



Para Agripino, texto permite que famílias de baixa renda se conectem à web

José Medeiros critica medidas do governo para superar crise

O governo federal erra ao propor aumento de tributos e estímulos ao crédito de consumo como medidas para superar a crise, na avaliação de José Medeiros (PPS-MT).

— Deterioraram-se praticamente todos os indicadores. Especialistas projetam inflação acima de 7% para este ano e de mais de 5% para o próximo ano. A expectativa é de queda de 3% na produção nacional em 2016 — listou.

Para o senador, a situação decorre de uma política econômica “comprovadamente equivocada”, na qual o governo tenta “vender veneno como remédio”, como a proposta de recriar a CPME.

— Não vejo a menor hipótese de esse imposto seguir em frente — afirmou.

Para Medeiros, o governo deveria melhorar os instrumentos de arrecadação e de combate à sonegação fiscal.

— Existe hoje R\$ 1 trilhão em débitos tributários, de 68 mil pessoas jurídicas com dívida acima de R\$ 1 milhão. Que tal centrar esforços na cobrança desses recursos? — sugeriu.

Para Cristovam, zika resulta da falência do Estado no país

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o artigo intitulado “Zika”, publicado por Marta Suplicy (PMDB-SP) no jornal *Folha de S. Paulo*.

Segundo a senadora, o poder público, em todos os níveis (municipal, estadual e federal), demonstrou incompetência diante da rápida evolução das doenças provocadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Cristovam citou números apresentados por Marta, que no entender dele explicitam que o país já vivia um quadro epidêmico sem que nenhuma medida tenha sido tomada.

— Só em São Paulo foram mais de 100 mil casos. A gravidade era evidente, medida — denunciou o senador.

Para Cristovam, a situação deixa clara a falência do Estado no Brasil.

— O Estado, em parceria com a iniciativa privada, precisa inovar na gestão. Foi quebrado pela corrupção, eleitoralismo e corporativismo. Esse é um país onde se inauguram hospitais faltando equipamentos, remédios ou médicos — afirmou.